

2025 Junho

Resultado do Tesouro Nacional

Publicado em 30/07/2025





Resultado Primário do Governo Central

Brasil – 2024/2025 – Valores Nominais

Em junho de 2025 houve déficit primário de R\$ 44,3 bilhões, frente a déficit de R\$ 38,7 bilhões em junho de 2024 (valores nominais).

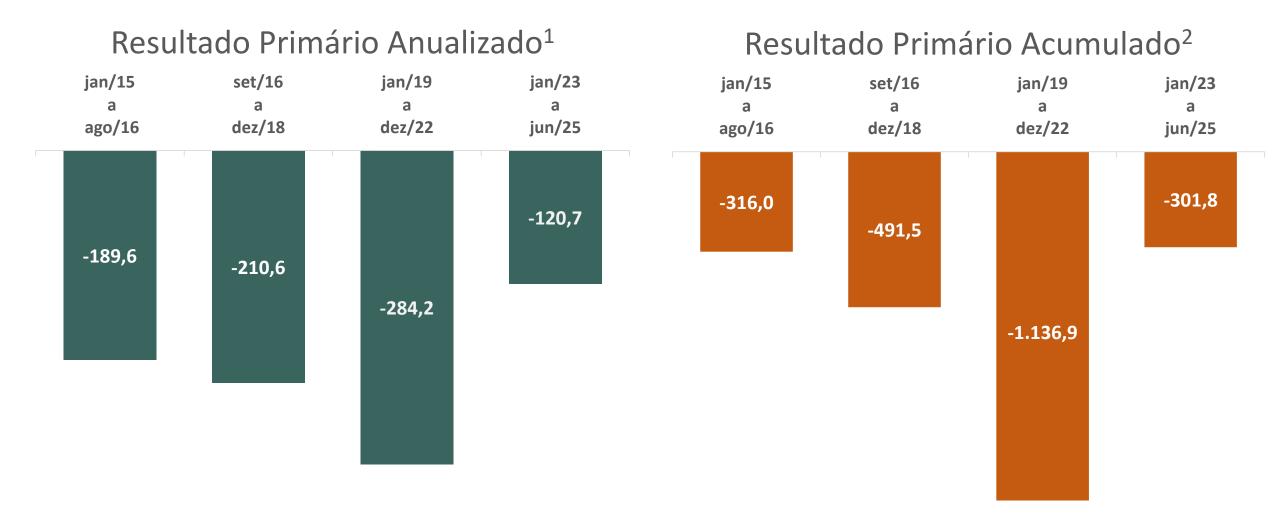
R\$ Milhões

Discriminação	Jan-	Jan-Jun (2025/2024)		-	Junho		Variação (2025/2024)	
Discillillação	2024	2025	% Nominal	% Real (IPCA)	2024	2025	% Nominal	% Real (IPCA)
1. RECEITA TOTAL	1.309.453	1.423.635	8,7%	3,4%	203.108	218.495	7,6%	2,1%
2. TRANSF POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	257.059	285.413	11,0%	5,5%	42.511	49.478	16,4%	10,5%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	1.052.394	1.138.222	8,2%	2,8%	160.597 169.017		5,2%	-0,1%
4. DESPESA TOTAL	1.119.767	1.149.682	2,7%	-2,4%	199.318	213.313	7,0%	1,6%
5. RESULTADO PRIMÁRIO GOV CENTRAL (3 - 4)	-67.373	-11.460	-83,0%	-86,4%	-38.721	-44.296	14,4%	8,6%
Tesouro Nacional	131.118	192.263	46,6%	39,4%	6.331	5.061	-20,1%	-24,1%
Banco Central	-269	-69	-74,3%	-75,5%	-152	8	-	-
Previdência Social (RGPS)	-198.221	-203.654	2,7%	-2,4%	-44.899	-49.364	9,9%	4,4%
6. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-1,19%	-0,19%	-	-	-3,99%	-4,23%	-	-
Memorando:								
Resultado do Tesouro Nacional e Banco Central	130.849	192.194	46,9%	39,7%	6.178	5.069	-18,0%	-22,1%



Brasil – 2015/2025 – R\$ Bilhões – A preços de jun/25 – IPCA

Resultado Primário Anualizado e Acumulado



¹Resultado Primário Anualizado: média mensal do período multiplicada por 12.

²Resultado Primário Acumulado: resultado acumulado do período.



Brasil - 2015/2025 - % PIB

Resultado Primário Acumulado

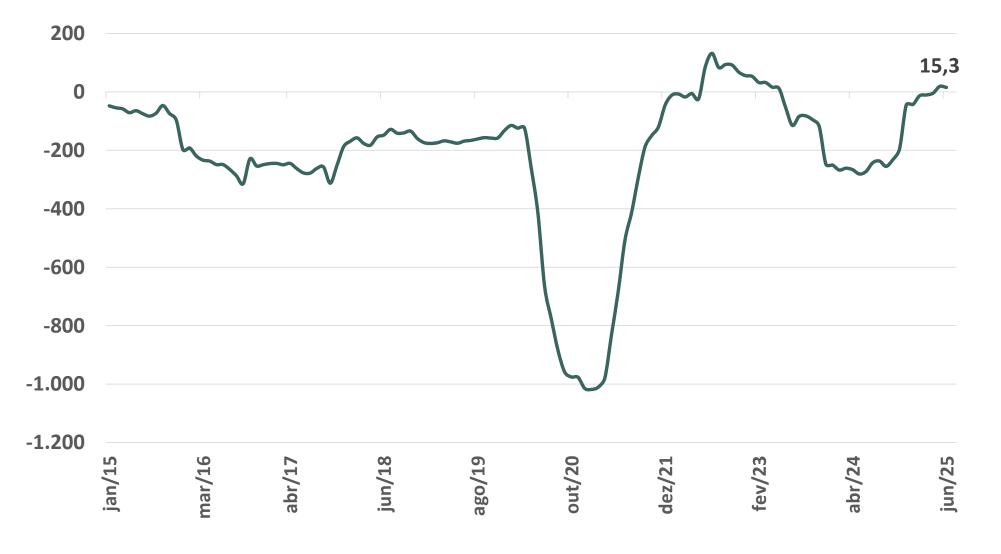




Resultado Primário Acumulado: resultado nominal acumulado dividido pelo PIB nominal acumulado do período.

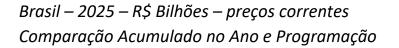


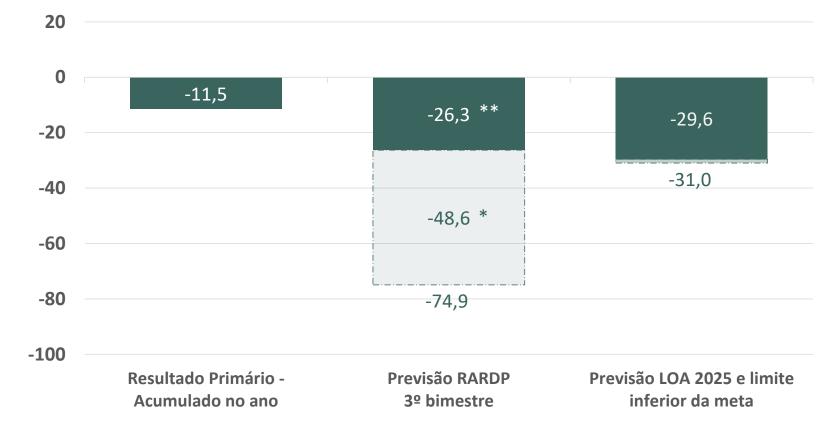
Brasil – 2015/2025 – R\$ Bilhões – A preços de jun/25 – IPCA Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses



O resultado primário do Governo Central acumulado em 12 meses (até jun/25) foi de superávit de R\$ 15,3 bilhões, equivalente a 0,11% do PIB.







^{*} O RARDP do 3º bimestre traz a previsão de R\$ 48,6 bilhões não considerados para fins de apuração do cumprimento da meta de resultado primário, referentes aos precatórios excedentes ao limite estabelecido pela EC nº 114/2021, julgada inconstitucional no âmbito das ADIs nº 7.064 e nº 7.047, e às despesas para ressarcimento dos descontos indevidos dos benefícios previdenciários, conforme decisão no âmbito da ADPF 1236.

O RARDP do 3º bimestre apresenta uma previsão de déficit primário de R\$ 74,9 bilhões em 2025, decorrente de uma receita líquida de R\$ 2.345,5 bilhões e de despesas primárias totalizando R\$ 2.420,4 bilhões.

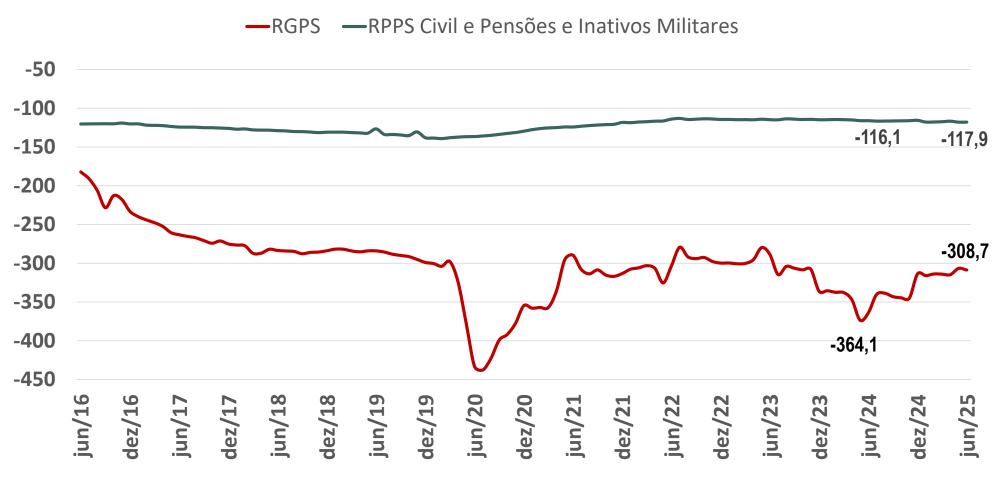
Segundo o último RARDP, faz-se possível o restabelecimento integral dos limites de empenho e de movimentação financeira contingenciados após a Avaliação do 2º bimestre.

^{**} O RARDP do 3º bimestre demonstra que o resultado para fins de cumprimento da meta de -R\$ 26,3 bilhões, obtido pela soma do déficit projetado (-R\$ 74,9 bilhões) e das compensações autorizadas (R\$ 48,6 bilhões), gera uma folga fiscal de R\$ 4,7 bilhões ao ser comparado com o limite inferior da meta, de -R\$ 30,97 bilhões.



Resultado do RGPS, RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares

Comparativo dos Resultados: RGPS x RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares* Acumulado em 12 meses Brasil – 2016/2025 – R\$ Bilhões – A preços de jun/25 – IPCA



^{*} Inclui FCDF

O déficit RGPS + RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares totalizou R\$ 426,6 bilhões (3,4% do PIB) no acumulado em 12 meses até junho de 2025, a preços de jun/25 – IPCA.

A redução do déficit do RGPS entre jun/24 e jun/25, em R\$ 55,4 bi, decorre do efeito conjunto da redução de R\$ 32,4 bi dos benefícios previdenciários (inclusive sentenças judiciais) e da elevação de R\$ 23 bi da arrecadação líquida do RGPS.



Receitas Primárias do Governo Central

Resultado do Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Anual – 2024/2025 – A preços de jun/25 - IPCA – R\$ Milhões

Discriminação	Juni	ho	Variação	
Discillillação	2024	2025	Diferença	% Real (IPCA)
RECEITA TOTAL	213.976,7	218.495,0	4.518,4	2,1%
Receita Administrada pela RFB	134.902,3	142.183,7	7.281,3	5,4%
Imposto de Importação	6.965,6	8.085,9	1.120,3	16,1%
IPI	7.210,3	7.431,9	221,6	3,1%
Imposto sobre a Renda	61.130,5	65.695,5	4.565,0	7,5%
IOF	5.780,9	8.112,7	2.331,8	40,3%
COFINS	33.933,4	30.752,7	-3.180,6	-9,4%
PIS/PASEP	9.041,2	8.567,2	-474,0	-5,2%
CSLL	9.566,5	8.895,6	-670,8	-7,0%
CIDE Combustíveis	247,2	269,6	22,4	9,1%
Outras Receitas Administradas pela RFB	1.026,8	4.372,5	3.345,7	325,8%
Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	- 0.00/
Arrecadação Líquida para o RGPS	52.394,9	55.983,8	3.588,9	6,8%
Receitas Não Administradas pela RFB	26.679,4	20.327,5	-6.351,9	-23,8%
Concessões e Permissões	237,1	253,8	16,7	7,1%
Dividendos e Participações	8.193,3	2.629,2	-5.564,1	-67,9%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.496,4	1.613,0	116,6	7,8%
Exploração de Recursos Naturais	6.396,8	6.492,3	95,5	1,5%
Receitas Próprias e de Convênios	2.257,5	1.697,2	-560,3	-24,8%
Contribuição do Salário Educação	2.715,4	2.947,9	232,5	8,6%
Demais Receitas	5.338,5	4.676,1	-662,4	-12,4%
TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	44.785,5	49.478,0	4.692,5	10,5%
RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	169.191,2	169.017,0	-174,2	-0,1%

Em junho de 2025, a receita total apresentou elevação de R\$ 4,5 bilhões (2,1%), enquanto a receita líquida apresentou diminuição de R\$ 174,2 milhões (-0,1%) em termos reais frente a junho de 2024.

Essa variação decorre principalmente do efeito conjunto de:

- Imposto sobre a Renda aumento de R\$ 4,6 bilhões
- IOF aumento de R\$ 2,3 bilhões
- COFINS redução de R\$ 3,2 bilhões
- Outras Receitas Administradas pela RFB aumento de R\$ 3,3 bilhões
- Arrecadação Líquida para o RGPS aumento de R\$ 3,6 bilhões
- Dividendos e Participações redução de R\$ 5,6 bilhões



Receitas Primárias do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2024/2025 – A preços de jun/25 - IPCA – R\$ Milhões

Discriminação	Jan-	Jun	Variação	
Discillillação	2024	2025	Diferença	% Real (IPCA)
RECEITA TOTAL	1.392.285,7	1.439.057,7	46.771,9	3,4%
Receita Administrada pela RFB	900.084,1	943.153,7	43.069,6	4,8%
Imposto de Importação	35.514,8	45.882,3	10.367,5	29,2%
IPI	39.180,2	42.952,9	3.772,7	9,6%
Imposto sobre a Renda	440.032,3	459.259,5	19.227,2	4,4%
IOF	34.089,4	37.172,0	3.082,6	9,0%
COFINS	188.647,8	183.878,6	-4.769,2	-2,5%
PIS/PASEP	54.628,7	52.289,0	-2.339,7	-4,3%
CSLL	96.025,4	97.530,9	1.505,5	1,6%
CIDE Combustíveis	1.538,8	1.547,7	8,8	0,6%
Outras Receitas Administradas pela RFB	10.426,7	22.640,8	12.214,1	117,1%
Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
Arrecadação Líquida para o RGPS	318.701,0	332.185,0	13.484,0	4,2%
Receitas Não Administradas pela RFB	173.500,7	163.719,0	-9.781,7	-5,6%
Concessões e Permissões	3.136,1	3.044,3	-91,7	-2,9%
Dividendos e Participações	37.406,5	23.841,6	-13.564,8	-36,3%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	9.297,7	8.167,6	-1.130,1	-12,2%
Exploração de Recursos Naturais	59.753,9	66.218,4	6.464,5	10,8%
Receitas Próprias e de Convênios	12.450,0	11.864,8	-585,2	-4,7%
Contribuição do Salário Educação	15.997,6	17.115,1	1.117,5	7,0%
Demais Receitas	35.414,4	33.438,5	-1.975,9	-5,6%
TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	273.180,1	288.253,6	15.073,5	5,5%
RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	1.119.105,6	1.150.804,0	31.698,4	2,8%

No acumulado jan-jun/2025, a receita total apresentou elevação de R\$ 46,8 bilhões (3,4%), enquanto a receita líquida apresentou elevação de R\$ 31,7 bilhões (2,8%) em termos reais frente ao acumulado jan-jun/2024.

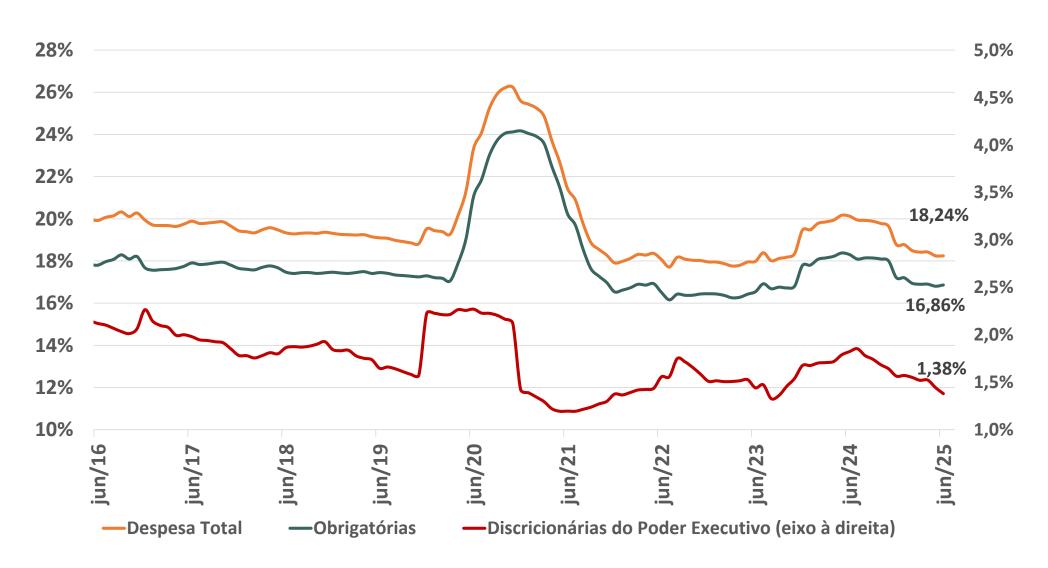
Essa variação decorre principalmente do efeito conjunto de:

- Imposto de Importação aumento de R\$ 10,4 bilhões
- Imposto sobre a Renda aumento de R\$ 19,2 bilhões
- Outras Receitas Administradas pela RFB aumento de R\$ 12,2 bilhões
- Arrecadação Líquida para o RGPS aumento de R\$ 13,5 bilhões
- Dividendos e Participações redução de R\$ 13,6 bilhões
- Exploração de Recursos Naturais aumento de R\$ 6,5 bilhões



Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central* - Acumulado 12 meses - 2016/2025 - % do PIB





Despesas Primárias do Governo Central

Resultado do Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Anual – 2024/2025 – A preços de jun/25 - IPCA – R\$ Milhões

Disoriminação	Junh	0	Variação		
Discriminação	2024	2025	Diferença	% Real (IPCA)	
DESPESA TOTAL	209.983,8	213.312,6	3.328,8	1,6%	
Benefícios Previdenciários	99.696,6	105.348,1	5.651,5	5,7%	
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	1.860,9	1.820,0	-41,0	-2,2%	
Pessoal e Encargos Sociais	30.442,0	31.407,9	965,8	3,2%	
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	242,4	219,8	-22,6	-9,3%	
Outras Despesas Obrigatórias	27.539,5	30.650,2	3.110,8	11,3%	
Abono e Seguro Desemprego	8.987,1	10.614,4	1.627,3	18,1%	
Apoio Financeiro a Estados e Municípios	130,7	158,1	27,4	21,0%	
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	9.665,4	10.819,5	1.154,1	11,9%	
Créditos Extraordinários	1.332,3	196,0	-1.136,4	-85,3%	
Fundeb - Complementação da União	3.672,1	4.591,7	919,6	25,0%	
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.616,4	1.554,5	-61,9	-3,8%	
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	349,9	332,1	-17,8	-5,1%	
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	345,4	269,5	-76,0	-22,0%	
Subsídios, Subvenções e Proagro	596,0	1.296,2	700,2	117,5%	
Impacto Primário do FIES	129,3	149,3	20,0	15,5%	
Demais	714,9	668,9	-46,0	-6,4%	
Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fin.	52.305,7	45.906,4	-6.399,3	-12,2%	
Obrigatórias com Controle de Fluxo	30.195,9	31.491,9	1.296,0	4,3%	
Discricionárias	22.109,9	14.414,6	-7.695,3	-34,8%	
Memorando:					
Custeio Administrativo	5.023,0	4.985,0	-38,0	-0,8%	
Investimento	7.649,2	6.278,9	-1.370,2	-17,9%	

Em junho de 2025, contra mesmo mês de 2024, a despesa total apresentou aumento de R\$ 3,3 bilhões (1,6%) em termos reais. As principais variações foram:

- Benefícios Previdenciários aumento de R\$ 5,7 bilhões
- Abono e Seguro Desemprego aumento de R\$ 1,6 bilhão
- Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV - aumento de R\$ 1,2 bilhão
- Créditos Extraordinários redução de R\$ 1,1 bilhão
- Obrigatórias com Controle de Fluxo aumento de R\$ 1,3 bilhão
- Discricionárias redução de R\$ 7,7 bilhões

Despesas Primárias do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2024/2025 – A preços de jun/25 - IPCA – R\$ Milhões

Discriminação	Jan-	Jun	Variação		
Dischillinação	2024	2025	Diferença	% Real (IPCA)	
DESPESA TOTAL	1.189.172,3	1.160.323,6	-28.848,7	-2,4%	
Benefícios Previdenciários	528.783,8	537.250,0	8.466,2	1,6%	
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	11.547,9	10.156,2	-1.391,7	-12,1%	
Pessoal e Encargos Sociais	184.055,6	185.322,6	1.267,0	0,7%	
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	2.136,1	1.362,0	-774,1	-36,2%	
Outras Despesas Obrigatórias	202.626,5	182.401,8	-20.224,7	-10,0%	
Abono e Seguro Desemprego	49.470,4	51.855,3	2.384,9	4,8%	
Apoio Financeiro a Estados e Municípios	1.109,9	3.273,2	2.163,4	194,9%	
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	57.116,3	63.282,8	6.166,5	10,8%	
Créditos Extraordinários	8.959,2	1.600,7	-7.358,6	-82,1%	
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,0	0,0	0,0	-	
Fundeb - Complementação da União	25.779,0	31.415,3	5.636,3	21,9%	
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	9.246,1	8.769,8	-476,3	-5,2%	
Lei Kandir (LC n° 87/96 e 102/00) e LC n° 176 de 2020	2.117,8	2.012,3	-105,5	-5,0%	
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	33.401,5	1.992,6	-31.408,9	-94,0%	
Subsídios, Subvenções e Proagro	10.394,1	12.942,2	2.548,1	24,5%	
Impacto Primário do FIES	930,3	979,2	48,9	5,3%	
Demais	4.101,9	4.278,4	176,5	4,3%	
Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fin.	273.706,4	255.349,1	-18.357,3	-6,7%	
Obrigatórias com Controle de Fluxo	183.146,6	184.028,2	881,7	0,5%	
Discricionárias	90.559,8	71.320,8	-19.239,0	-21,2%	
Memorando:					
Custeio Administrativo	28.071,6	32.442,9	4.371,3	15,6%	
Investimento	33.547,8	28.725,5	-4.822,3	-14,4%	

No acumulado jan-jun/2025, a despesa total apresentou diminuição de R\$ 28,8 bilhões (-2,4%) em termos reais frente ao acumulado jan-jun/2024. As principais variações foram:

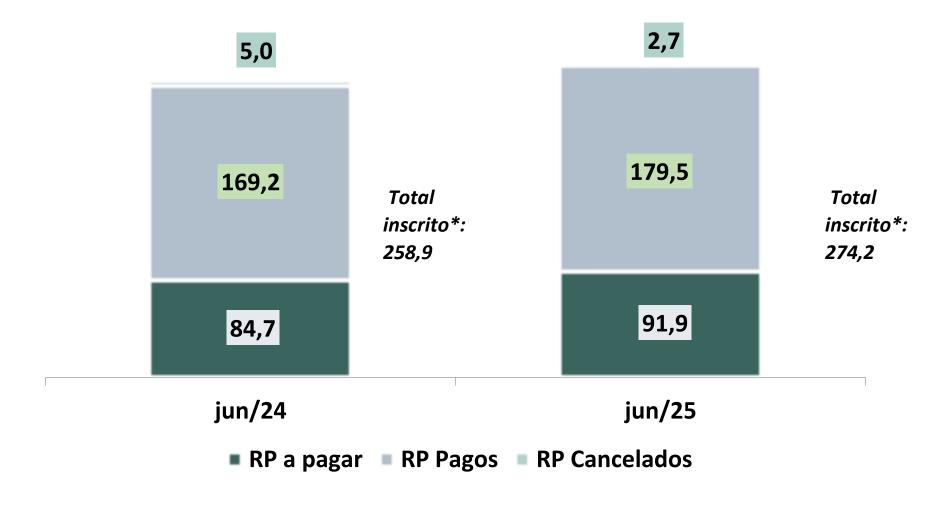
- Benefícios Previdenciários aumento de R\$ 8,5 bilhões
- Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV aumento de R\$ 6,2 bilhões
- Créditos Extraordinários redução de R\$7,4 bilhões
- Fundeb Complementação da União aumento de R\$ 5,6 bilhões
- Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital) - redução de R\$ 31,4 bilhões
- Discricionárias redução de R\$ 19,2 bilhões



Despesas do Governo Central

Execução de Restos a Pagar*

Brasil – 2024/2025 – Acumulado no ano – R\$ bilhões – Valores Correntes



O montante de restos a pagar (RAP) pagos (excetuados os RAP financeiros) até junho de 2025 correspondeu a R\$ 179,5 bilhões, contra R\$ 169,2 bilhões no mesmo período do ano anterior.

Os cancelamentos até junho de 2025 totalizaram R\$ 2,7 bilhões frente a R\$ 5 bilhões no mesmo período de 2024.

^{*} Exclui Restos a Pagar com impacto financeiro. Para informações adicionais ver: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-dos-restos-a-pagar/

Regra de Ouro - Art. 167 da Constituição Federal

Suficiência da Regra de Ouro 2025 – R\$ Bilhões – A preços correntes

	Projeção 2025
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (I = a - b - c)	2.016,8
Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)	2.527,5
(-) Variação da Sub-conta da Dívida (b)	510,7
Despesas de Capital (II)‡	2.013,8
Investimentos†	71,7
Inversões Financeiras†	155,4
Amortizações	1.786,7
Margem da Regra de Ouro (III = II - I)	-3,0

[‡] As Despesas de Capital são consideradas pela sua execução orçamentária, que corresponde às despesas empenhadas no exercício. Esses valores podem diferir de outras estatísticas fiscais onde, por exemplo, as despesas podem ser apresentadas por seus valores pagos.

Essa projeção já considera a possibilidade de utilização de fontes financeiras de não emissão para pagamento da dívida pública com superávit financeiro de 2024.

As projeções para a margem da Regra de Ouro em 2025 apontam uma insuficiência, ou seja, indicam que as operações de crédito excederão o montante das despesas de capital em 2025.

A efetivação desse cenário, ao final do exercício, depende de aprovação de crédito suplementar por maioria absoluta pelo Poder Legislativo.

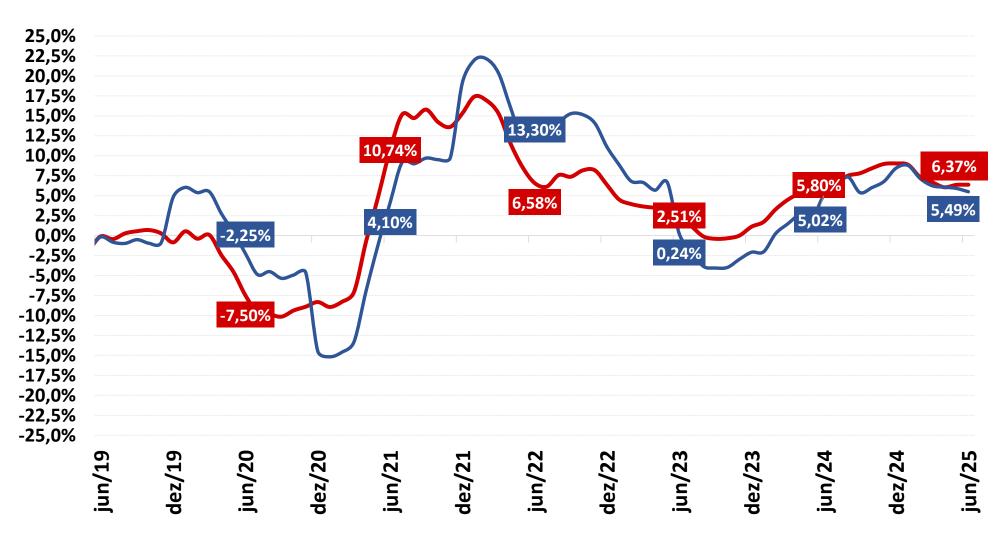
O cenário pode se alterar, a depender da evolução da execução financeira e ou da disponibilização de outras fontes para pagamento de dívida.

[†] A linha Investimentos corresponde à classificação orçamentária do Grupo Natureza de Despesa (GND) = 4, e a de Inversões Financeiras corresponde ao GND = 5. Esses valores podem diferir de outras estatísticas fiscais, onde parte das Inversões Financeiras, particularmente aquelas que afetam o resultado primário, são classificadas como Investimentos.



Receita Líquida e Receita Líquida Ajustada

% percentual – variação real em 12 meses - jun/25 - IPCA



A Receita Líquida Ajustada (RLA) é a receita primária apurada na forma do § 2º do art. 5º da LC 200, que instituiu o Regime Fiscal Sustentável.

Conforme o referido normativo, a variação real dos limites de despesa primária para cada exercício fica limitada pela variação real da RLA, nas proporções definidas nos incisos Le II do art. 5º.

- —Variação real da Receita Líquida Ajustada (RLA)
- —Variação real da Receita Líquida



Lei Complementar nº 200 - Receita Líquida Ajustada

Parâmetros para Correção do Limite de Gastos (2025-2026)

Critério	Valor
Variação real da RLA	6,37%
70% da variação real da RLA	4,46%
Crescimento real do limite	2,50%
IPCA 12 meses (jul/jun)	5,35%
Correção Nominal	7,98%

Conforme o caput do Art. 4º da Lei Complementar nº 200 (LC 200), os limites individualizados das dotações orçamentárias para as despesas primárias serão corrigidos pela inflação (IPCA) e pela variação real da despesa, esta última calculada conforme seu art. 5º.

Ademais, a LC 200 impôs um teto de 2,50% para a expansão real dos limites da despesa primária, conforme § 1º do Art. 5º. Com esse teto, a correção nominal do limite de despesas ficou em 7,98%.



Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores correntes e a preços de junho/2025 (IPCA)

	Primári	o Nominal	Acumu	ılado Ano	Acumu	ulado 12 m	
1º	jun/22	14.587,7	jun/08	61.378,4	jun/11	108.747,5	
2 º	jun/11	10.407,6	jun/11	55.430,8	jun/12	82.874,6	
3∘	jun/08	7.920,7	jun/22	54.292,8	jun/08	76.573,0	
4 º	jun/06	6.050,4	jun/12	46.414,3	jun/22	72.793,3	
5º	jun/05	5.766,2	jun/07	42.455,8	jun/13	70.655,4	
6₀	jun/04	5.660,3	jun/06	38.350,9	jun/14	53.921,2	
7 º	jun/07	5.198,4	jun/05	38.225,1	jun/05	53.735,9	
8₀	jun/99	3.812,9	jun/04	33.830,6	jun/07	52.853,1	
9º	jun/02	1.771,8	jun/13	32.081,7	jun/06	52.799,0	
10º	jun/00	1.641,2	jun/03	29.289,1	jun/10	45.471,5	
11º	jun/01	1.563,6	jun/10	24.574,5	jun/04	43.621,6	
1 2 º	jun/13	813,9	jun/02	19.889,5	jun/03	40.976,7	
1 3 º	jun/03	760,4	jun/09	18.539,4	jun/09	28.599,4	
149	jun/12	695,4	jun/01	18.275,3	jun/01	23.825,9	
15º	jun/10	614,4	jun/00	15.431,5	jun/02	23.351,4	
16º	jun/97	102,6	jun/14	13.843,8	jun/00	23.086,2	
179	jun/09	-618,2	jun/99	12.509,6	jun/99	17.025,2	
189	jun/98	-1.842,0	jun/97	3.112,5	jun/25	12.989,0	
19º 20º	jun/14	-2.682,0 8.040.5	jun/98	3.061,4	jun/98	1.749,6	
21º	jun/15 jun/16	-8.940,5 -9.743,6	jun/15 jun/25	-3.913,1 -11.460,1	jun/15 jun/23	-41.239,3 -49.856,8	
22º	jun/19	-11.805,3	jun/19	-29.310,7	jun/18	-99.376,1	
23º	jun/18	-16.380,0	jun/18	-31.593,4	jun/19	-117.938,6	
24 º	jun/17	-19.844,2	jun/16	-36.466,3	jun/16	-153.055,4	
25º	jun/24	-38.720,6	jun/23	-41.972,4	jun/17	-181.288,1	
26º	jun/25	-44.295,6	jun/21	-53.568,4	jun/24	-253.899,8	
2 7 º	jun/23	-44.943,2	jun/17	-56.478,8	jun/21	-379.477,6	
28º	jun/21	-73.474,0	jun/24	-67.372,8	jun/20	-483.099,7	
29º	jun/20	-194.853,1	jun/20	-417.345,6			

	Primário	Real (IPCA)	Acum A	no (IPCA)	Acum 1	2m (IPCA)
1 º	jun/11	22.928,0	jun/08	161.459,0	jun/11	247.546,9
2º	jun/08	20.459,4	jun/11	123.669,3	jun/08	202.971,1
3º	jun/99	18.393,4	jun/07	117.275,5	jun/12	178.111,8
4 º	jun/04	17.942,3	jun/05	114.146,9	jun/05	162.572,0
5º	jun/06	17.187,0	jun/06	109.063,5	jun/06	151.560,5
6º	jun/05	17.039,7	jun/04	108.791,7	jun/07	146.862,2
7º	jun/22	16.524,4	jun/03	100.177,8	jun/03	145.360,1
8₀	jun/07	14.241,5	jun/12	98.635,5	jun/13	143.026,4
9º	jun/00	7.433,5	jun/02	79.004,0	jun/04	141.581,8
10º	jun/02	6.943,6	jun/01	77.971,9	jun/10	109.451,4
11º	jun/01	6.597,4	jun/00	70.212,9	jun/00	106.695,7
12 º	jun/03	2.556,4	jun/22	64.805,2	jun/14	103.593,7
1 3 º	jun/13	1.601,8	jun/13	64.187,6	jun/01	102.453,6
14º	jun/12	1.460,3	jun/99	60.911,6	jun/02	93.655,4
15º	jun/10	1.444,3	jun/10	58.541,1	jun/22	85.913,5
16º	jun/97	528,6	jun/09	46.273,0	jun/99	83.518,0
1 7 º	jun/09	-1.523,5	jun/14	26.399,3	jun/09	72.597,2
18º	jun/14	-4.955,0	jun/97	16.209,6	jun/25	15.331,0
19º	jun/98	-9.180,4	jun/98	15.451,4	jun/98	8.784,3
20º 21º	jun/15 jun/16	-15.168,4 -15.187.7	jun/15	-6.081,9 -0.510.5	jun/23	-53.807 <i>,</i> 9 -74.554,7
		-15.187,7	jun/25	-9.519,5	jun/15	•
22º	jun/19	-16.556,8	jun/19	-40.881,1	jun/18	-147.778,6
23º	jun/18	-23.746,1	jun/23	-44.713,7	jun/19	-168.451,7
24 º	jun/17	-30.031,4	jun/18	-45.983,9	jun/16	-248.758,8
25º	jun/24	-40.792,6	jun/16	-57.147,0	jun/24	-272.380,7
26º	jun/25	-44.295,6	jun/21	-66.478,9	jun/17	-277.272,0
27 º	jun/23	-49.350,0	jun/24	-70.066,7	jun/21	-508.118,1
28º	jun/21	-93.122,2	jun/17	-85.361,9	jun/20	-664.707,5
29º	jun/20	-267.574,1	jun/20	-573.215,1		